

Uma professora visitante na Faculdade de Educação da Unicamp

A visiting professor at the Faculty of Education, Campinas State University - Unicamp

<https://doi.org/10.34112/2317-0972a2018v36n72p135-149>

MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES¹

RESUMO: Este ensaio traz experiências, impressões e reflexões sobre minha atuação como professora visitante da Faculdade de Educação da Unicamp, no primeiro semestre de 2017, quando então ministrei a disciplina “Direito à Educação e à Infância: Educação Infantil em creches, uma história das mulheres”. Falo da minha surpresa ao participar de um edital aberto para ativistas, especialistas, o que para mim é algo inédito, e a emoção de uma ativista se transformar em professora visitante. Isto me fez voltar no tempo em que trabalhei numa creche municipal em São Paulo. Conto também dos impactos vividos todas as segundas-feiras, ao entrar na sala e ver o interesse de alunas e alunos em conhecer os feminismos, a história das lutas por creche e a história das lutas das mulheres, em particular, sobre guerrilheiras que resistiram aos desmandos da ditadura em nosso país, sendo que muitas delas foram assassinadas pelos agentes da repressão. Em resumo, abordo aspectos que mais me impactaram sem deixar de apontar as dificuldades minhas e da própria vida acadêmica.

PALAVRAS-CHAVE: Creche; educação infantil; feminismo; história da luta das mulheres; professora visitante.

ABSTRACT: This paper presents experiences, impressions and reflections about my role as a visiting professor at the Faculty of Education of the State University of Campinas

1. União de Mulheres de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

during the first semester of 2017, when I conducted the course “The Right to Education and Childhood: Children’s education in dayly cares, a history of women”. I speak of my surprise in participating in the university open hiring notice for activists and specialists - what for me was something unheard of - and the thrill of an activist becoming a visiting professor. The whole process made me go back to the time I worked at a municipal day care in São Paulo. This text also brings what being exposed every Monday to the students’ interest in feminisms, the history of day care struggles and the history of women’s struggles meant to me. In this particular the women’s resistance during the military dictatorship (1964-1985) is to be highlighted, in which many were murdered by the agents of the repression. This paper approaches aspects that have impacted me the most, without leaving aside my own difficulties and the difficulties of academic life itself.

KEYWORDS: Day-care center, early childhood education, feminism, history of women’s struggle, visiting professor.

*Ocupamos nosso espaço,
cada passo é um pedaço
Agora traço uma memória
que sempre serei,
Falo eu porque sou nós!²*

Fui professora visitante da Faculdade de Educação da Unicamp no primeiro semestre de 2017, quando tive oportunidade de ministrar a disciplina ***Direito à Infância e à Educação: Educação Infantil em creches, uma história das mulheres***³, com a supervisão da Professora Ana Lúcia Goulart de Faria. Em um primeiro momento, voltei no tempo, ao lidar em sala de aula, com a minha própria condição de ativista feminista de décadas de atuação e, principalmente, como antiga trabalhadora de uma creche da periferia de São Paulo, Creche Municipal do Parque Figueira Grande (região de Campo Limpo, zona sul), implementada em 1980, uma das primeiras creches construídas, como equipamento de caráter público e gratuito, integrada à primeira rede municipal de creches do país para crianças de 0 a 6 anos de idade, em período integral. Esta rede municipal passou a ser construída a partir das reivindicações apresentadas junto ao público e à prefeitura de São Paulo, pelo Movimento de Luta por

2. Música Território Conquistado, intérpretes Larissa Luz e Elza Soares (2016).

3. As referências bibliográficas do curso estão disponíveis no link: <https://drive.google.com/drive/folders/oB5SCONSQom3tM251UXY2NWRTdms?usp=sharing>.

Creche (1979 – 1984), que se desenvolvia num processo de muita mobilização e de entusiasmo, reunindo mulheres da periferia, sindicalistas, intelectuais e feministas.

Durante a realização do curso, também pude divulgar atualidades dos feminismos contemporâneos, em particular das questões mais candentes que surgem hoje, com muito vigor e intensidade, entrelaçadas com a perspectiva de classe, étnico-racial e sexualidades /gênero, com destaque nos recém-criados coletivos feministas nas periferias e nos meios escolares. Levantamos algumas das vertentes feministas, em particular as mais ligadas aos movimentos populares de mulheres. Assim busquei levar para a Universidade as principais necessidades e reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres. Levei textos, bibliografia e filmes produzidos por mulheres. Procurei levar também para dentro do espaço de sala de aula, as ativistas que estão em plena atuação, mobilizam e organizam, no cotidiano, a luta feminista e assim constroem diariamente a história das mulheres.

Todas as aulas trouxeram algum impacto sobre as/os estudantes e também sobre mim. É claro que as aulas em que havia pessoas para depor sobre suas experiências e lutas foram as mais atrativas. Houve aulas de grande aprendizado. A leitura, orientada por questões e feitas em grupo, passei a adotá-la e planejei para que houvesse uma atividade dessas pelo menos uma vez por mês, seguida de debate e comentários. A leitura em grupo me pareceu necessária por motivar mais a turma a adquirir o hábito de ler, o que precisa ser bastante reforçado. As pessoas que trabalham durante o dia e estudam à noite têm pouco tempo para uma leitura de estudos.

O primeiro texto que propus foi “*O conceito de patriarcado*”, de Saffioti (2015)⁴, que suscitou grande discussão sobre a compreensão do patriarcado, em especial sobre seus efeitos para a sociedade, em suas relações no âmbito privado e público, atingindo os diversos espaços institucionais, como escolas, famílias, igrejas, trabalho, cultura, economia, educação, saúde, legislação e políticas públicas. A ideia do patriarcado como elemento estruturante da sociedade e do estado brasileiros, assim como o racismo, mostra o porquê da supremacia do poder masculino e branco, capitalista, responsável pela dominação, exploração e opressão, o que também prevalece no campo paradigmático e das subjetividades. O debate trouxe diversas reflexões sobre como pensar a necessidade de despatriarcalizar a sociedade mas principalmente a creche, ainda que majoritariamente, este espaço seja ocupado por profissionais mulheres. A maioria dessas mulheres, no entanto, pode estar reproduzindo o modelo patriarcal

4. Saffioti (1934-2010) foi socióloga, feminista e marxista, professora e pesquisadora sobre violência de gênero.

racista. O feminismo não aceita o determinismo biológico. Não basta ser mulher para ter a consciência social e política de transformação da sociedade machista e racista. Historicamente as mulheres foram subjugadas. O patriarcado tem sua base econômica na divisão sexual do trabalho que também produz *mais valia*⁵, mantém a hierarquia nas relações de poder, legitima e justifica os sistemas regidos pela heteronormatividade, pela maternidade compulsória e pelo separatismo e a guerra entre os sexos.

Enquanto for naturalizada a função das mulheres como apenas mães, educadoras, cuidadoras e maternais, o patriarcado se manterá com vigor e atualizado.

A creche fica, então, prejudicada, pois é tratada como natural e banal a situação de que a maioria de profissionais nas creches seja composta apenas por mulheres e pelo fato de serem mulheres. Perde em qualidade e em seu potencial educacional e social.

A creche, enquanto um espaço de reinvenção das relações humanas numa perspectiva igualitária e libertária, precisa urgentemente ser despatriarcalizada. Aqui coloco duas observações feitas por alunas durante o curso:

Compreender melhor o patriarcado e a forma como está enraizado na sociedade brasileira, se revelou, no decorrer das aulas, fundamental para uma leitura mais aprofundada do cenário atual, onde as mulheres têm seus direitos reduzidos e/ou negados, como resultado de intervenções políticas pautadas em decisões sexistas, racistas e misóginas. O olhar mais ampliado e apurado das teorias, permitiu fazer conexões importantes das especificidades das lutas das mulheres, olhando para além da periferia dos problemas identificados, ajudando também na percepção e valorização das experiências que estão sendo produzidas e, da força mobilizadora que tais experiências vem promovendo, no sentido contra hegemônico.⁶

[...] com a conceituação de patriarcado a partir da leitura da socióloga Heleieth Saffioti, pudemos ampliar a discussão sobre a expressão do poder político e a hierarquia das relações de poder, as quais estão baseadas tanto na ideologia quanto na violência propriamente dita, e ao fim pudemos concluir que a sociedade está organizada de forma a privilegiar o masculino....

5. A divisão sexual do trabalho produz mais valia (lucros) porque garante condições para que a classe trabalhadora produza mercadorias, o que auferir lucros ao patronato.

6. Vanderlete Pereira da Silva, aluna da disciplina e doutoranda da FE/Unicamp, 2017, trecho da avaliação escrita em 12 de junho de 2017.

[...] A construção do conceito de creche como um direito das crianças pequenas a educação e cuidados foi um importante marco para se repensar não apenas o “papel da mulher” mas também como a creche deve ser uma política pública descolonizadora, necessária para o fortalecimento da sociedade. É um direito das crianças pequenas conviverem democraticamente com outras crianças e desenvolverem suas potencialidades.⁷

Para além disso. Vi a oportunidade de tomar conhecimento sobre uma temática com a qual não tive, ao longo da minha graduação e militância, proximidade, a saber, a creche. Senti verdadeiramente, o quão necessário é conhecer a luta popular pela creche e o quanto a luta pela educação perpassa por recortes, tais como classe, gênero e raça.⁸

Muitas feministas têm se esforçado para mostrar os efeitos distintos e complexos quando há sobreposição de discriminações por raça/etnia, sexualidade /gênero e classe social. Há desigualdades entre as mulheres, o que deve ser considerado, pois forjam e estabelecem contradições tão cruciais que devem ser enfrentadas tanto na militância, como no campo institucional. São necessários instrumentos para uma abordagem integrada e articulada das discriminações sobrepostas com as dominações e opressões, que precisam ser devidamente nomeadas e aprofundados seus efeitos sociais, econômicos, políticos sobre as mulheres desiguais entre si, mas historicamente discriminadas. Kimberlé Williams Crenshaw⁹, feminista, dos Estados Unidos, advogada e professora de direito civil, estudiosa da teoria crítica de raça e gênero usou a expressão “interseccionalidades”, para mostrar como as discriminações de gênero, raça e classe social não podem ser analisadas separadamente, pois elas interseccionam ou interagem entre si. Seus estudos vêm dos anos de 1986 e 1987. O feminismo interseccional foi adotado, primeiramente, pelas feministas negras, mas também pelas feministas populares e teóricas. Daí então, passaram a ser usadas expressões “feminismos de interseccionalidades” (interações) ou “feminismo interseccional”.

Outras teóricas feministas apresentaram outros nomes para enfatizar as desigualdades entrelaçadas ou sobrepostas devido às condições de classe social, raça/

7. Pamela C. Penha, aluna da disciplina, trecho extraído de sua avaliação em 12 de junho de 2017.

8. Rebeca Carolina da Silva Bandeira, trecho do seu texto de avaliação de 12 de junho de 2017.

9. Entrevista com Kimberlé Crenshaw, publicada originalmente no Site Statesman, em 02/04/2014 e republicado no site do Geledés - Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/kimberle-crenshaw-sobre-interseccionalidade-eu-queria-criar-uma-metafora-cotidiana>>. Original de 27 jul. 2014. Acesso em: 07 jul. 2017.

etnia, gênero/sexualidades. Heleieth Saffioti (1934 – 2010), feminista brasileira de vertente marxista, uma das pioneiras teóricas do feminismo dos anos de 1960, dizia que sexismo e racismo são irmãos gêmeos, são uma realidade difícil de se lidar e deve ser concebida de maneira plena, dialética e complexa (TELES, 2006). Ela criou a “teoria do nó” para facilitar a compreensão sobre o entrelaçamento das contradições e seus efeitos que ocorrem simultaneamente sobre a vida, o trabalho e as relações sociais de uma mesma mulher. Tais contradições não podem ser usadas separadamente, sob pena de trazer graves prejuízos para a produção teórica e para formular políticas e intervenções dos movimentos sociais. Ela conclui:

O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas ou enoveladas ou enlaçadas em um nó. Não que cada uma destas contradições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade, presidida por uma lógica contraditória. (SAFIOTTI, 2015, p. 124).

Outro ponto que se deve explicar, minimamente, é o que são Promotoras Legais Populares, uma proposta de educação popular feminista em direitos, com ênfase na capacitação jurídico-legal para o acesso à justiça e à cidadania. A educação popular significa um movimento no qual não há um lugar fixo para quem ensina e quem aprende: ensina-se aprendendo, aprende-se ensinando, ou seja, constroem-se conhecimentos coletivamente.

Os princípios da educação popular baseiam-se no fato de que as pessoas acumulam saberes ao longo de suas trajetórias particulares e que cada uma delas pode oferecer sua contribuição para o processo compartilhado de produção do conhecimento (UNIÃO DE MULHERES DE SÃO PAULO, 2006, p. 06).

As Promotoras Legais Populares (PLPs) foi uma proposta de formação permanente para a cidadania das mulheres implantada em 1994, por organização autônoma feminista¹⁰, em São Paulo e, um pouco antes, no Rio Grande do Sul, também por um

10. A União de Mulheres de São Paulo criou o Projeto em São Paulo, em 1993, juntamente com o Grupo Feminista Thêmis, de Porto Alegre (RS), logo após a participação de representantes de ambas as organizações feministas no Seminário sobre os direitos das mulheres promovido pelo CLADEM – Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher, ocorrido em maio de 1992.

grupo feminista¹¹, alguns anos depois de promulgada a Constituição Federal de 1988. Na época, ganhou força política devido à intensa participação popular e se tornou a *Constituição Cidadã*, escrita em meio a debates amplos e emendas populares que contaram com a participação de movimentos sociais organizados e uma mobilização nacional, num processo democrático, com acompanhamento de representantes de diversos segmentos oprimidos da sociedade. Ao que se saiba, foi a primeira e única vez que um indígena foi eleito deputado constituinte no Rio de Janeiro, o Juruna. Em relação aos direitos das mulheres, historicamente negados, o novo texto constitucional incorporou 80% das reivindicações feministas. Pela primeira vez na história jurídica do país, definiu-se que homens e mulheres são iguais em direitos. Foi também a primeira vez que a criança pequena foi reconhecida como sujeito de direitos no sistema jurídico legal brasileiro. No entanto, o texto das leis não significou o acesso imediato a direitos e, especialmente, à justiça. Daí a importância de se conhecer leis, direitos e políticas públicas, história das mulheres e as atualidades feministas.

Com o passar dos anos, as Promotoras Legais Populares (PLPs) se transformaram em mulheres articuladas criando e fortalecendo movimentos populares pelo Brasil afora.

Como o movimento aglutina mulheres das periferias, do campo, ribeirinhas, sertanejas, intelectuais e universitárias, professoras de educação infantil (de creches), assistentes sociais, artistas e comunicadoras, dançarinas, diaristas, trabalhadoras do sexo e trabalhadoras domésticas, e demais trabalhadoras urbanas e rurais, adotou-se como princípio o feminismo interseccional, que busca enfrentar de maneira integrada as diversas discriminações sobrepostas: racial, social e de sexo/gênero. É um conceito que permite destacar a simultaneidade das experiências de violência e de discriminação e a indivisibilidade de seus efeitos, porque uma mesma mulher pode ser submetida à discriminação por ser mulher, proletária, negra e/ou indígena/ou não branca, lésbica, deficiente física, jovem e/ou idosa.

Ao ouvirem as PLPs do DIC-1, região de Campinas/SP, um grupo de alunas trouxe para a sala de aula, por exemplo, que nem toda demanda para uma consulta ginecológica tem acolhimento adequado no sistema de saúde pois, quando uma mulher idosa vai ao serviço ginecológico, é ignorada em seu pedido e encaminhada, com frequência, a um clínico geral que trata de diabetes ou de pressão alta, mesmo que não sejam essas as suas queixas, porque não há reconhecimento de sua

11. O grupo feminista é uma ONG – Thêmis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos.

necessidade de tratamento dos seus órgãos sexuais. O mesmo pode acontecer com uma mulher negra, só que dessa vez vão atendê-la de forma agressiva, porque há um preconceito, considerando-a sem necessidade de passar com assiduidade na ginecologia. E, se a busca por atendimento médico for de uma mulher lésbica, há uma ideia generalizada de que ela sofre de uma patologia sexual, desvio ou algo estranho. E temos que levar em conta que muitas vezes, as mulheres são negras, lésbicas e idosas simultaneamente. Por isso, faz-se o alerta de não separar as categorias na hora de analisá-las e de realizar a intervenção. Assim, as PLPs, com os conhecimentos do feminismo interseccional, trabalham com as diversas discriminações sobrepostas, sem separá-las mas sim procuram alertar as mulheres e os serviços de saúde sobre as intersecções que podem ocorrer numa mesma mulher. Buscar um olhar e um atendimento holístico torna-se necessário.

A outra situação que devemos aqui relatar é sobre “Verdade e Gênero”, quando houve depoimentos, inclusive o meu, sobre experiências vividas na luta contra a ditadura e que foram tratadas em diversas aulas. No meu caso, como fui militante e presa, juntamente, com toda a minha família, falei um pouco sobre a minha história. O tema Verdade e Gênero deve ser inscrito na história do Brasil. Em nosso país funcionou a Comissão Nacional da Verdade, legalmente constituída no período de 2012 a 2014¹².

A verdade a ser reestabelecida no Brasil pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) deveria ser resultado da apuração e da investigação dos crimes e graves violações de direitos humanos cometidos durante a vigência da Ditadura Militar (1964-1985), protagonizando suas vítimas e apontando, minimamente, os responsáveis por colocar em prática a estratégia de perseguir e eliminar a oposição por meio do terrorismo de estado. A CNV, ainda que não tenha atingido seus objetivos, trouxe muitos esclarecimentos à tona e fez um alerta à sociedade brasileira de que não é possível passar uma borracha na história, escrita com sangue e cadáveres inseultos, e manter a impunidade. Fazer de conta que nada aconteceu, impede e impõe obstáculos à construção e à consolidação da democracia, o que vem ocorrendo no Brasil, cujas instituições responsáveis por um sistema político, minimamente, democrático, deram as costas ao passado recente. Isso não acontece impunemente. Agora

12. A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi instituída pela Lei 12.528/2011. O estado brasileiro foi condenado pela sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) que no seu parágrafo 297 exorta a criação desse mecanismo. No caso Gomes Lund e outros (Demanda 11.552, mais conhecido como Caso Araguaia, publicado em 14/12/2010), o Brasil recebeu uma série de obrigações internacionais às quais o nosso país está vinculado e que não foram cumpridas integralmente até o momento.

assistimos a um retrocesso enorme. Repetimos a história trágica. Daí a necessidade de se introduzir a Memória, Verdade e Justiça nos estudos da história do Brasil.

Fiz e faço parte de uma luta pouco conhecida no Brasil de defesa de que a verdade deve ser analisada a partir dos fatos e de suas circunstâncias numa perspectiva de *gênero*, ou seja, considerando que as desigualdades entre os sexos levaram a consequências e sequelas distintas entre mulheres e homens, em decorrência das brutalidades cometidas pela ditadura militar brasileira em cada região.

A Comissão da Verdade, apesar de ter sido instalada tardiamente, despertou no cenário público (mídia, escolas, universidades, sindicatos e parlamento) um interesse pelo que se passou no tempo da ditadura militar brasileira (1964-1985). A dificuldade encontrada por essa comissão de obter informações com as Forças Armadas e o Ministério das Relações Exteriores impediu o aprofundamento das investigações, em especial, sobre os mortos e desaparecidos políticos, mas também sobre as torturas praticadas contra mulheres, lésbicas, *gays*, transgêneros, nas populações negra, indígena e camponesa, e em diversas categorias de trabalhadoras e trabalhadores. Quando convocados, os agentes públicos responsáveis pelas violações aos direitos humanos quase sempre se recusaram a responder às questões apresentadas pela comissão. Mesmo assim, ainda que de forma tímida, houve, pela primeira vez, de forma pública e ampla, a fala de vítimas, mulheres, indígenas, integrantes da população negra e crianças que à época tiveram sua *infância roubada*.

Portanto, parte significativa da verdade, de fato, foi trazida à tona devido à vontade e/ou necessidade de sobreviventes e vítimas de tornarem públicas suas histórias silenciadas ao longo de décadas. Ao revelar os crimes como sequestros, torturas, assassinatos e ocultamentos de cadáveres, os crimes cometidos pelo emprego da violência de gênero, como os estupros, a violência sexual, os abortamentos forçados, entre outros, coloca-se a necessidade do avanço em direção à compreensão de que devem ser incluídos, de maneira autônoma, os crimes de gênero no rol daqueles considerados como as graves violações de direitos humanos, ou seja, os crimes de lesa-humanidade, e, portanto, imprescritíveis. (TELES, 2015).

Em uma das aulas, convidei Natalia Neutmann, uma jovem de 26 anos de idade, oriunda de família de militantes da luta contra a ditadura, a começar de seus avós: Manoel e Jovelina. Ela deu um depoimento sobre a militância e a prisão de sua avó. Falou também de seu pai que, à época da prisão de seus avós, em 1970, tinha dois anos de idade, e foi banido do país pelo ditador – presidente, General Garrastazu Médici,

em junho de 1970, sob a alegação de ser “elemento subversivo menor”. Natália escolheu contar a história de sua avó, Jovelina Tonello M. do Nascimento¹³, que nasceu no interior do Estado e veio trabalhar em São Paulo, ainda bem jovem, como operária tecelã. Veio a ditadura militar e se tornou militante política, e mais tarde se juntou ao Grupo de Lamarca¹⁴, Vanguarda Popular Revolucionária-VPR, a mesma organização política de esquerda à que pertenceu Dilma Roussef. Após seu relato, houve dois alunos que, espontaneamente se manifestaram de imediato para falar como haviam percebido e sentido a ditadura militar. Uma aluna, filha e sobrinha de ex-presos políticos (Argeu e Apolo Heringer), contou que só naquele momento (exatamente naquela aula) ela tinha percebido o quanto foi importante a participação das mulheres na luta contra a ditadura. Até então, ela só tinha referência de homens nessa luta. Então, ela também se lembrou de sua avó, que teve seus filhos sequestrados e levados para a prisão. Sua avó fazia as denúncias da tortura a que estavam submetidos seus filhos e se reunia com outras mulheres para ampliar sua denúncia. A aluna trouxe isso em sua avaliação e, de uma certa forma contribuiu, com sua vivência, para a construção da verdade:

[...] a história de diversas mulheres que estiveram em lutas naquele período. Foram momentos ouvindo sobre mulheres incrivelmente fortes, que se organizaram e atuaram nos bairros, em escolas e universidades, nos locais de trabalho, em jornais clandestinos, em guerrilhas. Mulheres, estudantes, trabalhadoras...mães!

[...] Até pouco tempo atrás, a História da qual eu tinha conhecimento era feita e contada por homens. Essa disciplina foi fundamental para que eu pudesse reconhecer as mulheres também como agentes e, muitas vezes, protagonistas da História.

[...] Foi nessas aulas que eu me dei conta de como é comum eu me lembrar apenas do meu pai ou do meu tio quando penso em ditadura militar e resistência. Percebi como sempre dei pouca atenção a minha avozinha! Dona Iraci¹⁵ passou anos de terror e angústia e não consigo mensurar seu sofrimento. Ela teve seu filho preso e torturado,

13. Jovelina Tonello M. do Nascimento (1938-2016) foi militante política que lutou contra a ditadura militar e integrou a organização VPR – Vanguarda Popular Revolucionária. Foi presa e torturada em 1970, juntamente com o marido, o sindicalista Manoel Dias do Nascimento, e com seu filho, Ernesto do Nascimento, que tinha apenas dois anos de idade. Esteve na mesma cela em que ficou presa a ex-Presidenta da República, Dilma Roussef.
14. Carlos Lamarca – (1937-1971) era capitão do Exército Brasileiro, quando decidiu lutar contra a Ditadura Militar, tornando-se um dos comandantes da VPR – Vanguarda Popular Revolucionária – organização guerrilheira.
15. Iraci Heringer Lisboa (1920 – 2014), mãe de Argeu e Apolo Heringer Lisboa, ambos presos pela ditadura militar.

teve filho exilado por 12 anos, teve outros 10 filhos em casa para cuidar junto ao vovô, que partiu nesse meio tempo e não viu o fim da ditadura. Pude ler para a turma a carta que ela escreveu e que foi publicada em alguns jornais mineiros em busca de notícias de meu pai, que estava preso incomunicável.¹⁶

Um outro aluno que trouxe sua experiência sobre o que ouviu falar daquele tempo, ao se manifestar, saiu de sua cadeira e veio me mostrar o seu documento de identidade, em que estava escrito o local de seu nascimento: o município de Xambioá, na época norte de Goiás, hoje localizado no Estado de Tocantins, local onde começou a Guerrilha do Araguaia, um movimento rural de resistência à ditadura. Evidentemente, quando ele nasceu, a guerrilha já tinha sido dizimada. Conforme ele explicou para a classe, em Xambioá os guerrilheiros eram chamados de “terroristas”, muitos anos depois de terem sido eliminados. Desde o início da guerrilha, os militares chamavam os guerrilheiros de “terroristas”. O aluno falou de sua surpresa em me ouvir falar dos guerrilheiros como pessoas amigas (muitos deles que eu realmente havia conhecido e com os quais havia militado) e declarou que não mais os chamaria de “terroristas”, pois de fato ainda não conhecia a história e circunstâncias da guerrilha.

Os momentos de maior entrosamento se deram nos Seminários e no processo avaliativo quando mostraram o quanto tinham mudado durante o curso. O tempo dedicado ao curso foi grande: preparar as aulas, organizar os textos, relê-los, buscar meios e dinâmicas para melhor perceber as necessidades das/os alunas/os. Tudo isso levou tempo e valeu a pena. Senti que todos e todas nós, nesse processo de trocas de saberes e experiências, saímos engrandecidas/os.

Gostaria de relatar outras situações que me revelaram uma troca intensa de experiências e de vontade de uma construção coletiva, mas não há espaço neste breve ensaio.

Houve momentos mais difíceis, quando a turma silenciava demais. Eu ficava na dúvida se estávamos mesmo nos comunicando ou se teria havido uma desconexão. Teriam perdido o interesse? Afinal, eram temas fortes, pesados. Uma das alunas escreveu em sua avaliação que “a dificuldade de se expor e participar”, talvez tenha sido a causa do silêncio em alguns momentos e não a falta de interesse:

16. Sofia Bonuccelli Heringer Lisboa, trecho extraído de sua avaliação escrita em 12 de junho de 2017.

[...] no geral, tivemos aula sobre feminismo, e mais importante ainda, sobre movimento feminista no Brasil, o papel das mulheres na luta desde a ditadura até a demanda por creches e o programa de Promotoras Legais Populares. Sinto que as vezes o conhecimento da história a partir dos acontecimentos no Brasil fique em defasagem em muitas disciplinas, mas o curso conseguiu nos situar bem, na história do feminismo em nosso país.¹⁷

Enfim, foram trocas de experiências com informações, com reflexões, afetividade e responsabilidade. Penso que tanto eu como as demais pessoas que frequentaram o curso tivemos oportunidade de repensar nosso cotidiano dentro de uma creche/escola de educação infantil, dentro da Universidade, mas também, de como esta vivência e suas imbricações se articulam com a realidade fora da escola.

Durante as aulas foi também abordado, ainda que de maneira mais rápida, um dos instrumentos criado por feministas, *gênero*. O termo aqui usado no sentido de que a ideia de “mulheres” e “homens” vai muito além dos ditames biológicos, pois é constante a construção social e cultural nas relações sociais entre as próprias mulheres, entre os próprios homens e entre mulheres e homens, relações essas que são dialéticas, contraditórias e desiguais, na maioria das vezes, em particular em relação ao poder. Em outras palavras, *gênero* é construído social e historicamente. A assimetria na implementação e na acessibilidade da cidadania para todos sexos não é fruto da natureza mas sim da construção social/histórica que os coloca, numa sociedade patriarcal, sexista e racista, hierarquicamente em polos dicotômico e binariamente organizados em masculino/dominante e feminino/dominado.

Ao tratar das desigualdades e hierarquias de gênero, questiona-se o lugar subalterno que as mulheres (o polo feminino) deveriam ocupar conforme a configuração da ordem social do patriarcado, determinada pela supremacia do masculino.

Com a ferramenta *gênero*, criaram-se perspectivas de perceber as sexualidades como construções sociais e que se manifestam de formas tão distintas, invisibilizadas e ainda pouco reconhecidas uma vez que a heteronormatividade impõe paradigmas do homem branco, proprietário, e sufoca as demais formas de expressão das sexualidades que passam a ser consideradas como patológicas, desviantes e estranhas. Com o uso da categoria *gênero* como instrumento de análise e de intervenção política, as transexualidades se manifestam e as pessoas trans tornam-se sujeitos históricos e protagonistas de suas vidas e de sua cidadania, com suas reivindicações

17. Jéssica Boscolo G.de Azevedo, em seu texto escrito em 12 de junho de 2017.

e seus desejos. Criam-se condições para uma convivência democrática e políticas públicas para garantir a plena cidadania a todas as pessoas.

Para intervir consciente e politicamente na sociedade, precisamos pensar questões de gênero, o que deve ser articulado com outras categorias como as desigualdades entre as classes sociais e econômicas, como a opressão contra os segmentos populares devido a sua raça/etnia, cor, tipo de cabelo, idade e outras intersecções.

Vivemos, atualmente, no Brasil um processo social e político que se desenvolve de uma forma tão veloz e de tal monta que coloca nossos direitos e nossa cidadania sob risco e ameaça frequentes. Há momentos que nos fazem pensar que vivemos em séculos passados, quando se iniciava o sistema capitalista e quando a exploração, sem nenhuma lei ou freios, massacrava a grande maioria do povo, inclusive as crianças proletárias que eram enviadas às fábricas e trabalhavam dia e noite. A histórica greve geral de 1917, iniciada pelas mulheres operárias em 10 de junho, na Fábrica Crespi, em São Paulo, significou um momento de denúncia e revolta contra as péssimas condições da classe trabalhadora. Essa greve foi o estopim para a greve geral que parou São Paulo e foi vitoriosa, pois conseguiram o fim do trabalho noturno para mulheres e crianças. Essa greve denunciou a utilização do trabalho infantil dentro das fábricas.

As mulheres têm sido protagonistas de lutas pioneiras, ao colocarem de forma pública e explícita as necessidades e reivindicações populares feministas, antirracistas, antilesbofóbicas e em defesa da dignidade humana, nos fóruns de articulação de manifestações e lutas contra os retrocessos. Sua voz contribui de forma decisiva para o enfrentamento da recessão, do desemprego e da violência do estado e por liberdades e democracia. E isso tem que ser matéria de reflexão em sala de aula. Veja o que disse uma das alunas¹⁸:

[...] diante da seletiva História que aprendemos na escola regular, ainda assim muitas histórias e sujeitos ficam invisíveis nessas narrativas: as mulheres. Para as encontrarmos, deveríamos imaginá-las contidas nos genéricos “povo”, “multidão”, “movimentos”, sempre liderados por algum homem com nome. Mas essas aulas mostraram que não foi bem assim... [...]

O espaço dessas aula foi diferenciado, pois tratava de assuntos muito próximos de nós estudantes mulheres, e por isso sempre tínhamos contribuições a fazer a partir de nossas vivências. Ou seja, diferente de outras disciplinas, não tinha ninguém ali que “não sabia

18. Amanda Caroline Ramos Rabello, trecho de seu texto de avaliação da disciplina, em 12 de junho de 2017.

nada” do assunto. A ampla participação deixou todas as estudantes muito acolhidas para se posicionar, o que é um grande ganho pessoal mas principalmente político, pois ainda hoje somos muito inibidas e silenciadas dentro da Universidade e de movimentos sociais.

O momento, entretanto, é de impasse: enquanto o mundo propõe uma educação despatriarcalizada e descolonizadora, no Brasil, forçaram e conseguiram a retirada das expressões gênero, “identidade de gênero” e “orientação sexual” dos planos de educação e na base curricular nacional de ensino. Ao retirar gênero, pretendem educar a sociedade para a submissão e também sufocar os movimentos feministas e de mulheres, os movimentos antirracistas e LGBTs, reduzindo assim o potencial de resistência de um povo, o que interessa aos capitalistas para manter a população dominada e alienada. Não podemos aceitar tal retrocesso.

Lembrando que a sala de aula também é um espaço de resistência, educar é tomar partido¹⁹, é defender as causas maiores da humanidade que são a dignidade e a ética. Não há, portanto, que se fugir da realidade e das questões sociais que impedem o acesso à justiça e à cidadania.

REFERÊNCIAS

- LUZ, Larissa; ITAN, Pedro. Território conquistado. In: LUZ, Larissa. *Território conquistado*. c2016. 1 CD. Faixa 10.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/ Expressão Popular, 2015.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. *Os Cursos de Direito e a Perspectiva de Gênero*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2006.
- _____. Violações dos Direitos Humanos das Mulheres na Ditadura. *Estudos Feministas*. v. 23, n. 3, Florianópolis, p. 1001-1022, set./dez. 2015.
- UNIÃO DE MULHERES DE SÃO PAULO. *Guia Promotoras Legais Populares*. São Paulo: Grafnorde, 2016.

SOBRE A AUTORA

Maria Amélia de Almeida Teles é Bacharel em Direito (Universidade São Francisco) e integra a coordenação da União de Mulheres de São Paulo e do Programa de

19. Fala da Diretora Associada da FE/UNICAMP, Débora Mazza, em 26/06/2017, no lançamento do livro de minha autoria: *Breve História do Feminismo no Brasil e Outros Ensaios*.

Promotoras Legais Populares. É também integrante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Seus interesses de pesquisa abrangem: percepção da sociedade sobre a violência contra as mulheres, feminicídio, violência sexual, violência doméstica e familiar, cultura e raízes da violência contra as mulheres.

E-mail: amelinhateles@gmail.com.

Recebido em 16 de agosto de 2017 e aprovado em 18 de outubro de 2017.